

Divida atrapalha luta antiinflação

A dívida externa impede que o Governo adote medidas ousadas para conter a inflação, admite Luis Gonzaga Belluzzo, chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda. Se o País dispusesse de uma situação cambial mais folgada, destacou, poderia baixar a zero e segurar por um bom período os reajustes das tarifas públicas. O obstáculo para alcançar esse objetivo, concordou, é a obrigação de o País ter que produzir um superávit comercial em 86 de 12,5 bilhões de dólares para pagar os juros da dívida externa. "Isso atrapalha".

A folga cambial de 9 bilhões de dólares, aproximadamente, admitiu, não pode ser utilizada para segurar os preços públicos, compensando as empresas estatais com suplementação orçamentária, porque precisa garantir emergências. Somente com uma renegociação satisfatória das taxas de juros externa, segundo Belluzzo, será possível segurar a inflação com mais eficácia. Mas, esse objetivo, também, é muito difícil de ser alcançado, concorda.

Analisando o panorama econômico externo, Belluzzo não adiantou nenhuma previsão otimista em relação às taxas de juros. A queda do preço do petróleo ajuda, destacou, mas na atual conjuntura o gargalo maior da economia brasileira não é mais a importação de petróleo. Após a crise do óleo em 82, que obrigou o Governo a optar pela superação imediata do estrangulamento cambial, está, hoje, superada. Há superoferta do produto no mercado, o País está aumentando sua produção e as perspectivas são de estabilização dos preços. Ocorre que pouco adianta, neste momento, a redução ou estabilização dos preços, porque o consumo tende a se estabilizar com a previsão de uma moderação maior do crescimento da economia.

Quanto aos juros externos, ao contrário, continuam produzindo desequilíbrios inflacionários crescentes, na medida que obrigam o Governo a adotar uma política monetária dependente dos resultados das exportações, pois o Banco Central precisa estar permanentemente enxugando a liquidez dos dólares da exportação trocados pelos cruzeiros que são jogados no mercado interno.

Belluzzo não está otimista em relação à possibilidade de o Governo conseguir redução, significativa nas taxas de juros, de forma a permitir que segure os preços internos de forma mais eficaz. No máximo, os dois trunfos que ele poderá alcançar na negociação com os banqueiros são a redução dos **spreads** (taxas de

risco) e fixação de contratos pela libor e não pela **prime-rate**, mais cara em um ponto percentual.

Para os juros sofrerem queda significativa, Belluzzo concordou que somente um acontecimento de proporções internacionais poderá alterar o comportamento dos banqueiros. Um desequilíbrio do sistema financeiro em razão de dificuldades por parte dos credores provocaria alterações, bem como uma redução significativa do dólar em função dos receios dos aplicadores na moeda norte-americana com o preocupante déficit orçamentário norte-americano, principal responsável pelas altas taxas de juros.

O Governo Sarney, apesar de todos os esforços para negociar soberanamente com os credores, dificilmente conseguirá reduzir as taxas de juros externas. Consequentemente, as dificuldades internas continuarão crescentes com a pressão inflacionária produzida pela obrigatoriedade de gerar um superávit comercial de 12,5 bilhões de dólares. Belluzzo prevê muitas dificuldades para o Governo neste ano eleitoral, principalmente no seu relacionamento com os Estados.

Ele afastou, entretanto, apesar dos condicionamentos que a política econômica impõe ao Governo, a possibilidade de um choque econômico. Ele não virá porque se trata de um ano eleitoral, destacou, mas porque bloqueará o crescimento e não constituir-se-á em solução satisfatória. O País, lembrou, já passou pela experiência, entre 81 e 83, e não conseguiu superar a inflação.

Assim, independentemente dos obstáculos intransponíveis, como é a dívida externa, neste momento o Governo trabalha para manter as expectativas de aumento dos investimentos. Como a capacidade ociosa do setor industrial poderá ser, nos próximos meses, inteiramente preenchida, o Governo, para evitar novas pressões inflacionárias, já começou a trabalhar na elaboração de formas para incentivar os investimentos privados.

O ministro Funaro está preocupado porque, por enquanto, os empresários ainda não lançaram mão do incentivo ao investimento concedido pelo último pacote econômico. Novas injeções de ânimo serão dadas após o carnaval. Novas pressões inflacionárias serão inevitáveis nos próximos meses se não houver retomada dos investimentos. Com a mordida mais suave do Leão da Receita Federal no bolso dos contribuintes a partir das folhas de pagamento no dia 10, o crescimento do consumo poderá ser significativo e, portanto, preocupante.